



A indústria nacional de informática completa dez anos de atuação organizada no país respondendo por 66% de um mercado de US\$ 4,5 bilhões e preocupada em vencer uma série de desafios. O maior deles talvez seja obter a relação mais favorável entre preço, prazo e qualidade dos seus produtos. Página 14

OS DESAFIOS DA INDÚSTRIA DE US\$ 3 BILHÕES

**MODEMS: O DILEMA
DO LICENCIAMENTO**

INFORMATICA HOJE

Com o melhor do
The Newsletter For Information Management
MIS Week

A SEI abriu o debate.
Mas, em princípio, é
contra o licenciamento
para os novos modems.

Licenciar ou não tecnologia: chegou a vez dos modems.

Se depender da SEI, não será admitida a transferência de tecnologia para *modems* de alta velocidade, com mais de 9.600 bps (bits por segundo). Os técnicos da Secretaria, que trabalham na definição de uma política específica para esse segmento, lembram que o mesmo critério foi aplicado para *modems* de velocidades mais baixas, resultando no domínio de uma tecnologia nacional. E é essa posição que vão defender nas reuniões com os fabricantes nacionais, convidados a se manifestar antes de a SEI emitir um comunicado definindo critérios para aprovação de projetos de fabricação de *modems* analógicos.

A questão central é a capacitação tecnológica. E o dilema é se o Brasil tem condições de alcançá-la via seus próprios projetos ou deve permitir a importação de tecnologia. Os empresários vão opinar, mas nem todos se dispõem a adiantar qual será sua posição. Para a SEI, no entanto, a questão parece clara, como revela o subsecretário de atividades estratégicas, Dorgival Brandão: "A idéia é não aceitar, pelo menos por enquanto, a transferência de tecnologia". Ele lembra que isso implicaria a importação do *chip modem*, (o *chip* dedicado para o equipamento) transformando as empresas nacionais em meras montadoras dessa faixa de equipamentos. Aliás essa não é uma postura nova da SEI. Só permitiu licenciamento de tecnologia, há muito tempo, para *modems* de 1.200 bps.

E a SEI só decidiu reabrir a discussão porque, nos últimos tempos, recebeu projetos de desenvolvimento de *modems* de 14.400 e de 19.200 bps da Elebra, Moddata, Ichtus e Digitel. A Rhede, de Brasília, ainda não apresentou o seu, mas pretende seguir o mesmo caminho. No final de julho reuniu, em Brasília, fabricantes e grandes usuários, como a Embrafilme.

Entre os argumentos favoráveis à proibição de licenciamento de tecnologia está o de que o desenvolvimento de uma tecnologia nacional de DSP (processamento digital de sinal) viabiliza novas aplicações nas áreas de processamento nu-

mérico e imagens, de sinais e de voz, entre outras.

O diretor técnico da Rhede Tecnologia S.A., Fábio Montoro, concorda com a SEI, lembrando que importar tecnologia pode parecer mais fácil e seguro, mas "quando há desenvolvimento local o retorno é sempre maior, embora chegue mais tarde". Montoro só faz

uma ressalva: que as regras sejam claras. Ele defende a importação de produtos acabados enquanto não houver fabricação nacional, mas lembra que às vezes o produto nacional pode até estar pronto mas não está disponível no mercado. Na dúvida, ele defende a importação.

Já Isu Fang, diretor da Ele-

bra Comunicação de Dados, acha que essa não é uma questão simples, envolve muitos aspectos a serem analisados. "Estamos apenas começando a debater o problema", diz. Por enquanto, segundo Fang, só há apenas uma decisão: a de que as empresas podem enviar propostas para uma nova política de *modems* até o final de agos-

to. Ele lembra que a regra de não permitir a transferência de tecnologia, até agora em vigor, é antiga, do tempo em que "o de 19.200 bps nem existia". Por isso, acha oportuno o debate. Mas ele não antecipa qual será a posição da Elebra, limitando-se a confirmar que a empresa vai enviar as suas sugestões.

Marcio Valente

São Paulo 21/08/89

Seu nome foi citado na página 09 da edição anexa.

At.: Fábio Montoro

Atenciosamente